

“POR LHE PARECER A COISA MAIS PIA E SANTA DE TODA ÍNDIA”: OS JESUÍTAS E A DOCTRINA DOS MENINOS NATIVOS NO COLÉGIO DE SÃO PAULO EM GOA (1541-1599)

Camila Domingos dos Anjos

Doutoranda integrada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista FAPERJ NOTA 10.

Camila.hstr@hotmail.com

Localizada entre os Gates ocidentais e o mar, Goa tornou-se uma conquista militar portuguesa em 1510. No decorrer da primeira metade do século XVI, a cidade consolidou-se como a capital cristã do Estado da Índia (THOMAZ, 1994). Além do aparato militar e administrativo, a historiografia tem demonstrado o papel da expansão da fé católica como uma das bases de sustentação do poder português em Goa.

Ângela Xavier acentuou que para difundir a doutrina cristã foi necessário recorrer a diversos instrumentos que combinavam instâncias militares e políticas com dispositivos de “violências doces” que prestassem educação e assistência as populações locais (XAVIER, 2004). Dentre esses dispositivos, destacamos a ação dos jesuítas no Colégio de São Paulo, em Goa.

Os jesuítas chegaram ao Estado da Índia em 1542, concentrando-se em Goa, a princípio. Como uma das partes mais importantes da sociedade colonial, estavam os agentes da religião católica a serviço de seu rei permeando todas as camadas sociais, convertendo, educando, obrigando, punindo e doutrinando as sociedades locais com justificativas legais, políticas e espirituais (CASEMIRO, 2007, p.86).

A chegada das ordens religiosas e a instalação do Tribunal inquisitorial na década de 1560 exprimiam o anseio de interiorizar nas populações goesas valores e modelos de comportamentos cristãos. Délio de Mendonça acentuou que as ordens religiosas constituíram a espinha dorsal das políticas e trabalhos de conversão no Oriente. Elas tornaram possível a expansão de atividades e tendências proselitistas que buscavam homogeneizar as sociedades locais (MENDONÇA, 2002, p.14). Neste estudo, nós iremos nos ater as iniciativas que buscavam converter os “menores” — meninos nativos

de até 15 anos de idade. Ressalta-se que ainda que a legislação portuguesa estenda a menoridade até os 25 anos, Hespanha pontuou que, para alguns autores, essa faixa etária compreendia várias fases como a infância, a puerícia propriamente dita, a puberdade e a adolescência, esta que prolongar-se-ia até os 25 anos. Destacamos que o nosso foco incide sobre a “meninez”, fase que abrange dos sete anos (infância) até a puberdade ou os quatorze anos (HESPANHA, 2010, pp.72-73).

Em Goa, a conversão das populações “menores” ocorreu no bojo de um processo mais amplo de cristianização da sociedade, sobretudo na segunda metade do século XVI. Grande parte desta empreitada deve-se aos esforços inacianos. A atuação dos jesuítas no Colégio de São Paulo constituía uma ávida missão que visava aumentar a cristandade na Índia através da instrução das “letras e dos bons costumes” aos meninos nativos de até 15 anos de idade. O projeto era ambicioso e buscava não apenas formar uma sociedade cristã ideal, como também difundir o catolicismo através dos próprios meninos nativos, que após disciplinados e “criados no leite da fé” deveriam atuar como intérpretes, pregadores e canacápoles (escrivães e catequistas) por todo o Estado da Índia, conforme a expectativa de alguns missionários.

Estrategicamente, as populações “menores” foram consideradas mais dóceis para serem disciplinadas, controladas e incorporados ao serviço da Coroa e da Igreja. Tendo em vista que os *pueris* não ficaram alheios ao projeto colonizador, objetivamos analisar a iniciativa de conversão e instrução dos meninos nativos empreendida pelos jesuítas no Colégio de São Paulo. Dado o objetivo dos inacianos em formar futuros evangelizadores, indagamo-nos: o que consistia no ensino das letras e dos bons costumes? Quais as leituras consideradas necessárias para prepará-los? Quais os desafios encontrados? Para respondermos essas questões, iremos analisar as cartas dos jesuítas reunidas na Documenta Indica entre 1541 e 1599.

O *Statuta Confraternitates Fidei* de 25 de julho de 1541 pontuou que na Índia havia muitas necessidades a serem cuidadas. Porém, a carência de sacerdotes para a doutrina dos nativos representava um empecilho. Conforme o documento, era conveniente que esses sacerdotes fossem também naturais da terra, pela praticidade destes poderem pregar na língua vernácula. Em função disso, almejava-se que fosse feito em Goa um “apousento a maneira de colégio” para receber moços de 13 anos de

idade para cima. Esses moços deveriam ser de diversas nações: canarins, paravás, malaios, molucos, chinas, bengalas, pegus, abexins, cafre de Sofala, Moçambique e ilha de São Lourenço (WICKI, vol. I, pp. 771-791).

Consentida a obra, estabeleceu-se que 30 moços da terra, todos honrados, habilidosos e com domínio da sua língua nativa, deveriam ser recolhidos e ensinados a ler, escrever, gramática, casos de consciência e “bons costumes” para que nessas “armas espirituais” fossem tão destros e capazes de ensinar aos naturais da terra quando fossem ordenados (Ibidem, pp.785-786). Apesar desta pretensão, em 1542 Xavier constatou que os moços aprendiam a ler e rezar. Apenas alguns sabiam escrever (BORGES, 2018, p.139).

A princípio, os jesuítas assumiram o encargo espiritual do seminário. Em 1544, a Confraria de Santa Fé e as suas rendas foram entregues ao jesuíta Francisco Xavier, após o retorno do mesmo da Costa da Pescaria. Contudo, apenas em 1549 os jesuítas assumiram a manutenção financeira e administrativa do estabelecimento (TAVARES, 2007, p.130). Sob o comando de Xavier e aprovação régia, construiu-se outro edifício onde era a Confraria e o Seminário. Um ficou intitulado Seminário de Santa Fé e o outro, Colégio de São Paulo.

Enquanto o primeiro edifício abrigava meninos de diversas nações orientais, órfãos e filhos de portugueses para o ensino do catecismo básico, o segundo foi destinado aos cursos de estudos latinos e artes e à residência de membros da Companhia. Os meninos da primeira instância que demonstrassem vocação para as letras e boa índole para o sacerdócio eram passados para a segunda instância. Dessa forma, havia dois edifícios distintos, mas conectados.

Em 1545, o padre João de Beira escreveu que no Seminário de Santa Fé havia aproximadamente 60 moços de diversas nações que aprendiam a ler e escrever. Alguns entendiam razoavelmente o latim e ouviam poesia. Todavia, por falta de livro, os mestres ficavam limitados em suas lições (WICKI, vol. I, pp.57-62). Há de se destacar dois pontos na carta do padre Beira: o primeiro refere-se aos estudos dos meninos que apresentou um pequeno avanço desde 1542 com o incremento do latim. O segundo ponto alude à quantia de meninos recolhidos, o dobro do que o *Statuta Confraternitates Fidei* havia estabelecido em 1541 e esta não era a única transgressão. No mesmo ano, o

padre Antônio Criminal reportou que esses moços eram “quase todos” nativos e de idades variadas entre sete a 21 anos de idade (WICKI, vol. I, pp. 12-13).

As cartas supracitadas evidenciam que a princípio as regras estabelecidas no *Statuta* não foram seguidas à risca no que concerne à quantia de meninos a ser recolhida, a idade e a “nação”. “Quase todos” nativos, não significava todos. Havia meninos portugueses no seminário, o que contradizia a sua proposta inicial de receber moços nativos para compor um clero nativo. Esta questão nunca se tornou um consenso entre os missionários e se estendeu, em tese, até 1597, quando o *Regimento do Colégio de Santa Fé* regulou a presença dos meninos portugueses no seminário.

Em 1546, *As Constituições do Colégio de São Paulo* foram elaboradas reforçando a necessidade de se recolher 30 moços entre 13 a 15 anos de idade. No que concerne ao estudo dos meninos, *as Constituições do Colégio de São Paulo* incrementaram que deveria haver um mestre para o curso de gramática e outros para as demais ciências, como artes, lógica, filosofia e teologia. Depois de ordenados, os colegiais de 25 anos de idade para cima deveriam “fazer frutos” em suas terras (WICKI, vol I, pp.123-125). Ressalta-se que as *Constituições do Colégio* buscaram dar um parecer sobre os meninos portugueses no seminário e assim estabeleceu-se que o convívio com meninos portugueses poderia ser um grande prejuízo ao ensino e doutrina dos nativos. Em função dessa desordem, o Colégio não deveria receber nenhum menino português ou mestiço (Ibidem, pp.127-128).

Ao que nos indica a carta de Antônio Gomes ao provincial Simão Rodrigues, as definições estabelecidas nas *Constituições* de 1546 também não foram seguidas à risca em 1548. A quantia de moços novamente excedia o estabelecido, além de que não havia ainda mestres que atendessem as ciências sugeridas na *Constituição do Colégio*. Segundo Gomes, havia no Colégio de Goa aproximadamente 80 ou 90 moços, alguns grandes e outros pequenos. Nenhum de “spiritu, nem consideraçam”(Ibidem, pp.409-426).

Neste mesmo ano, sob a vigência do reitor Antônio Gomes, os meninos nativos foram expulsos do colégio de São Paulo, uma vez que o jesuíta compartilhava da crença de que os nascidos da terra não eram tão capacitados quanto os portugueses. Antônio Gomes visava substituir os meninos nativos pelos filhos de portugueses e utilizar o

Colégio de São Paulo quase que exclusivamente para formar padres da Companhia, empreendimento este que esbarrava no propósito inicial da fundação deste estabelecimento. Estas não teriam sido as únicas mudanças empreendidas pelo reitor. Segundo Lanciloto, Gomes procurou empregar uma nova forma de trabalho com os estudantes e tentou adaptar os colegiais ao *modus parisiensis*, como em Coimbra. Particularmente, Lanciloto não depositou muitas expectativas sobre o empreendimento, em função da diversidade desses moços, que eram de mais de dez nações diferentes, “uma mais bárbara do que a outra”, além de incultos, como traduziu Felipe Borges (BORGES, 2018, pp.182-183).

Após a polêmica de expulsão dos meninos nativos do Colégio de São Paulo, era preciso reorganizar o colégio e preenche-lo novamente. Para tanto, em 1551 o vice-rei Dom Afonso de Noronha escreveu para Simão Rodrigues que o colégio fosse povoado novamente com meninos cristãos da terra de até 15 anos de idade e que lhes ensinassem a ler, escrever, rezar e latim. Para o cumprimento da ordem, foram enviados de Baçaim e Cochim aproximadamente 40 meninos para o Colégio de São Paulo. Do Cabo de Camorim havia chegado 18 meninos (Ibidem, p.142). Esses meninos deveriam ser educados nas letras, na “verdadeira fé” e nos “bons costumes”.

Constantemente vemos uma aproximação das letras aos bons costumes como base fundamental para a formação do indivíduo convertido e educado. Segundo Reis, há uma relação de complementariedade entre o binômio *letras* e *virtudes*, crucial à compreensão da perspectiva educacional dos jesuítas. A educação instilava por meio das letras as virtudes que seriam o cimento de uma sociedade cristã, fiel à Igreja e obediente ao Rei. A formação do bom cristão contribuía para o ordenamento da sociedade que se pautava na disseminação da doutrina cristã, das letras, valores morais (REIS, 2011 p.172).

Em 1553, o novo reitor Gaspar Barzeo escreveu reforçou a necessidade de se recolher meninos nativos de “engenhos vivos” (WICKI, vol. II, pp.594-595). Eles deveriam ter uma formação mais ampla até “que venham a ser homens perfeitos” para serem da Companhia ou oferecer suporte no que for necessário (Ibidem, p.614).

Há de se destacar duas pontuações acerca da carta de Barzeo: a primeira refere-se ao fato de que o reitor conferiu ao estudo dos meninos um meio possível de erradicar os seus erros e alcançar a perfeição quando instruídos nas letras e nos “bons costumes”. A

segunda pontuação refere-se à expectativa de conversão e instrução dos meninos para além de sua salvação pessoal, isto é, a estes meninos estava reservada uma posição de “apoio” aos membros da Companhia na ação evangelizadora no Oriente.

As expectativas de Barzeo acerca dos meninos nativos constituía uma das propostas iniciais do seminário, ainda que não fosse compartilhada por todos os missionários. Os desafios encontrados tanto nas missões quanto no trabalho educacional desempenhado dentro dos colégios despertaram a incredulidade de alguns padres sobre o êxito da evangelização. Lanciloto, por exemplo, ressaltou que muitas pessoas nativas por serem "mesquinhas, pobres, puzilanimés" e por medo ou interesse temporal aceitavam o batismo. Fracos na fé, os mesmos retornavam a suas idolatrias. Desmotivado, Lanciloto afirmou que " já muito tempo que nam bautizo nenhum senam mininos" (WICKI, vol. II, pp.125-126).

Se em Coullão o padre Lanciloto lançava dúvidas acerca da qualidade das pessoas da terra e inseguranças sobre a evangelização dos meninos nativos, em Goa, por outro lado, Barzeo escreveu palavras de peso que conferiam aos meninos nativos a possibilidade não só de se salvarem na “verdadeira fé”, como de auxiliar na difusão da mesma. A educação pautada na doutrina cristã poderia significar o alcance da “perfeição” e a integração das populações nativas ao Império e à própria Companhia de Jesus.

Em 1556, segundo Brandão, o número de estudantes havia começado a crescer dentro do Colégio de São Paulo. Três classes de humanidades latinas foram formadas e nelas se lia Virgílio, *De Amicitia* de Cícero, *Ovídio* de Tirstibus e Cícero pela facilidade dos versos (WICKI, vol. III, pp. 564-584). Ademais, em 1557 o colégio de São Paulo expandiu mais ainda o currículo dos *pueris* com o acrescento da retórica.

Segundo Reis, o estudo de retórica pelos jesuítas geralmente envolvia leituras de Aristóteles, Cícero e *Ad Herennium* para o domínio do vocabulário e para a prática da eloquência na formação de oradores, bem como o desenvolvimento de noções de moralidade e da capacidade de julgar verdadeiro e o falso (REIS, 2011, p.190). No contexto tridentino, a retórica se tornou uma das principais disciplinas do ensino jesuítico. Em Goa, ela foi incorporada ao currículo do Colégio de São Paulo em 1557, na primeira classe de Marcos Nunes.

Segundo o padre Fróis, no Colégio de São Paulo todos estudavam retórica e pela manhã lia-se a *Rhetorica Ad Herennium* e à tarde lia-se Salústio (86 – 34 a.C), mais especificamente a sua obra *Bello Iugurino* (HANSEN, 2002, p.105). Os estudantes liam epístolas de *Ad Atticum* (Coleção de cartas do orador romano Marcus Tullius Cicero ao seu amigo Titus Pomponius Atticus), “*Dispauterio*” (Johannes de Spauter) e realizava-se exercícios de sintaxe e composição. Almejava-se iniciar brevemente as leituras de Célio Sedúlio, poeta cristão da primeira metade do século V, por suas epístolas familiares serem consideradas de fácil compreensão. Os irmãos realizavam exercício de sintaxes, gênero, pretéritos e conjugação. A pretensão era de que em janeiro os estudos de retórica fossem finalizados e no ano seguinte o curso de artes fosse iniciado (WICKI, vol. III, pp. 698-730).

Antes de cursar artes ou filosofia e os estudos da Bíblia e teologia, os colegiais deveriam frequentar o que o *Ratio Studiorum* definiu como faculdades inferiores, isto é, gramática (morfologia e sintaxe), humanidades (história, poesia, prosódia) e retórica. Esperava-se que os jovens dominassem os fundamentos do latim e conhecessem os principais autores clássicos (REIS, 2011, p.169). O domínio do latim, tanto na escrita, como na fala, eram requisitos necessários para avançar para as classes superiores de teologia e artes, que correspondiam aos estudos de lógica, física e matemática. O domínio dessas disciplinas visava a pregação da dogmática cristã tridentina e preparava os alunos para a arte do governo secular (FERREIRA, A.J; BITTAR, 2012 p.702).

A rotina dos meninos parecia indispensável não apenas para o aprofundamento do exercício das letras, mas também para a criação nos “bons costumes” e hábitos cristãos, que deveriam ser preservados no cotidiano dos meninos após os mesmos concluírem sua formação e saírem do colégio. Ademais, como pontuou o padre Fróis, o ensino fornecido pela Companhia era fundamental para erradicar os muitos vícios dos moços na Índia, esses que eram criados em mimos, maus costumes e grande vaidade, mas quando “feitos domésticos” na obediência e educados nas letras e nos bons costumes serviam de exemplo para os pais, que por doutrina dos filhos buscavam se confessar, o que muitas vezes resultava na mudança dos “maus costumes” (WICKI, vol. XVIII, pp.698-730).

A educação dentro da doutrina cristã se revela mais uma vez a chave para o disciplinamento e acesso ao coração dos fiéis, através de hábitos rotineiros que inserissem de forma gradativa os costumes europeus e a fé católica. Distante da ideia de perfeição de Barzeo, Fróis considerou a possibilidade de os meninos nativos se tornarem “domésticos”, o que nos remete à ideia de serem domesticados, amansados (BLUTEAU, v.3, p. 284).

Uma percepção semelhante pode ser associada às comunidades rurais no interior da Europa no século XVI. Palomo pontuou que as expedições missionárias para o interior reproduziram concepções sobre o “rústico” como “índios domésticos”, que em função de sua ignorância precisavam ser instruídos conforme os princípios e costumes católicos. Essa questão estava diretamente relacionada com as preocupações pedagógicas da cultura humanista no começo do século XVI e com a própria Reforma Católica, que expôs a necessidade de instruir os fiéis nos rudimentos da fé, principalmente os mais novos. Tais ponderações davam forma a um discurso que confiava ao *pater familiae* a responsabilidade da educação cristã de seus filhos e servos (PALOMO, 2003, pp.265-268.)

No século XVI, a doutrina cristã se tornou um importante meio de moldar os corpos e as consciências dos indivíduos e, embora no ocidente cristão a Igreja tenha incentivado os pais a educarem os seus filhos dentro dos preceitos católicos, no Oriente, nós temos uma perspectiva inversa: os meninos convertidos e instruídos deveriam sensibilizar e ensinar a doutrina aos seus pais gentios e os escravos, esses que por terem vivido muitos anos nas “gentilidades”, estavam imersos em “maus costumes”. Por isso, assim como Fróis na carta supracitada, muitos jesuítas incentivaram os *pueris* convertidos a instruírem seus pais. No que toca ao estudo dos meninos, cabia então aos jesuítas impor uma *disciplina cristã* a eles e também por meio deles. A *disciplina cristã* imposta pelos jesuítas poderia assumir um caráter coercivo e punitivo, entretanto, a implementação de preceitos cristãos por meios persuasivos e rotineiros eram as estratégias mais incentivadas dentro dos colégios. Por meio da instrução, o clero fornecia os meios necessários para a salvação da alma, ao passo que reforçava os sentimentos de obediência à Igreja (PALOMO, 1997, p.129).

A instrução, o controle e a transformação dos comportamentos constituíram as principais frentes das atividades disciplinadoras desenvolvidas pelas autoridades religiosas, como destacou Palomo e é nesse sentido, na valorização da instrução como um recurso para disciplinar os corpos e as almas dos nativos, que ressaltamos a atuação dos jesuítas dentro do Colégio de São Paulo (PALOMO, 2006, p.11). Em última instância, o disciplinamento dos menores poderia favorecer um desenvolvimento gradual de mudanças estruturais na sociedade. Como ressaltou Fróis, “resultava na mudança dos maus costumes”.

A carta de Fróis nos faz pensar como os meninos não eram uma “*tabula rasa*” ou um “papel em branco”, onde os missionários imprimiriam suas expectativas e inculcavam livremente sua cultura e religião, mas também não eram irredutíveis, pois poderiam ser “domesticados”.¹ As correspondências trocadas entre os missionários nos evidenciam que alguns jesuítas reservavam grandes expectativas aos meninos criados no “leite da fé”, afastados dos “maus costumes” de seus pais. Todavia, por outro lado, também compartilhavam a crença de que ainda que esses meninos já possuíam vícios e debilidades na fé.

Dessas concepções, concluímos, que ao contrário do que Del Priori descreveu no Brasil, na Índia portuguesa esses meninos não eram exatamente um “papel em branco”, prontos para serem inscritos. Eles estavam parcialmente imersos em seus costumes, mas quando submetidos à doutrina poderiam ser reeducados. Não se esperava que eles fossem também um “papel em branco”, pois era de suma importância que eles mantivessem a língua materna, considerada um valioso meio para o fim pretendido. Aparentemente temos um paradoxo: O idioma local era um estimado meio de expansão da fé cristã aos povos orientais, mas era também o veículo da cultura nativa.

Em 1566, passa a ser utilizado em Goa, um importante recurso para a doutrina dos meninos. O padre Gomes Vaz ressaltou que os meninos eram dedicados ao estudo e todos os dias praticavam uma hora de exercício, meia hora de manhã e meia hora à

¹O termo alude ao artigo de Del Priore ao qual a autora pontuou o otimismo que marcou os primeiros anos de missão dos jesuítas no Brasil Colonial. Nesse contexto, os missionários consideraram a criança indígena um “papel branco”, a cera virgem na qual se desejava escrever e inscrever a luta contra a antropofagia, a nudez e a poligamia. (DEL PRIORE, 1991).

tarde, dizendo, conforme a cartilha impressa em Lisboa, as perguntas e respostas. A referida cartilha impressa era a de Marcos Jorge, doutor em teologia.²

É interessante pontuarmos a rápida circulação da cartilha de Marcos Jorge no ultramar, esta que havia sido publicada com o apoio financeiro da Coroa em Portugal em 1566, o mesmo ano em que foi relatado que ela havia sido utilizada em Goa. A publicação dessa cartilha marcou o ensino dos meninos nativos em Goa e posteriormente em outras regiões no Estado da Índia. A partir de 1566, a *Doutrina Cristã* de Marcos Jorge foi regularmente utilizada nas aldeias, no Colégio e em casas de ler e escrever, padronizando de certa forma o conteúdo ensinado, esse muitas vezes resumido como “coisas da fé”, “artigos necessários”, “instrução necessária”, “contar”, “ler e escrever”.

A cartilha teve grande repercussão e utilidade. O seu valor advém da capacidade de suprir de forma didática o conhecimento doutrinal entre a juventude e as camadas populares, quer citadinas ou rurais. A cartilha recebeu ao longo dos séculos inúmeras edições, ao passo que também que foi traduzida para outras línguas europeias e não europeias como congolês, tupi, malabar, concani, tâmil, chinês e japonês. Ademais, a cartilha era muito bem ajustada ao entendimento das crianças. Não possuía termos técnicos de teologia, palavras longas e difíceis de se pronunciar. As frases eram curtas e foi utilizado o recurso de diálogos, de poemas, recitações de orações e cantigas ao invés do texto corrido. Inclusive, algumas versões a partir de 1592 continham ilustrações. Esta multiplicidade era propiciadora do interesse das crianças.

Apesar dos esforços empreendidos, as missões e evangelização encontravam seus desafios: a dificuldade de comunicação e de erradicar o “hinduísmo”, os cercos, disputas que sucediam entre reis locais, a porosidade das fronteiras, pluralidade cultural, além das resistências apresentadas pelas comunidades locais e as dúvidas sobre a

²Marcos Jorge nasceu em 1524 em Nogueira do Cravo em uma família humilde. Estudou na universidade de Coimbra, onde adquiriu o grau de bacharel em direito. Pouco depois de terminar o noviciado, Marcos Jorge dedicou-se a sair pela cidade em seu tempo livre com a sua campanha reunindo crianças, jovens rapazes e pessoas simples interessadas em aprender a doutrina. Em 1553, o jesuíta foi escolhido para lecionar teologia moral no Colégio de Évora, sem abandonar, contudo, o seu trabalho com a mocidade, que marcou sua carreira. Devido a sua fama como mestre da doutrina, ficou a seu cargo elaborar a mencionada cartilha. (SANTOS, 2016, p.14).

capacidade das populações nativas, que constituíram alguns dos fatores responsáveis por minar gradualmente as grandes pretensões de alguns jesuítas.

As expectativas jesuíticas sobre a doutrina e disciplinamento dos meninos por vezes cruzavam com a realidade mais crua da falta de mestres adequados, principalmente de teologia. Conforme os anos, constantemente é notificado nas cartas de que em Goa não havia curso de teologia, muitas vezes em função da ausência de mestre, mas também da crença de que os nativos não eram qualificados o suficientes para terminar os cursos que antecedem o de teologia. Ressalta-se que toda carreira de estudo dos jesuítas dividia-se em três cursos parciais distintos, mas interligados e dependentes um do outro. Das letras ou línguas (gramática, humanidades e retórica) se preparava os estudantes para o curso de artes ou filosofia (dialética, lógica, metafísica, física, Aristóteles) e este para o de teologia. Desta forma, só poderia estudar teologia quem havia concluído os cursos anteriores.

Em 1579, Monserrate compartilhou humildes expectativas sobre o trabalho missionário desenvolvido com os meninos nativos por duas razões: a mediocridade do aprendizado e a interrupção dos estudos em função da guerra. O padre pontuou que embora a quantia de alunos fosse grande, esta terra não seria de muitos frutos, porque como alguns estudantes “son um poco grandes, luego van a la guerra o a negociar su vida” e além destes havia aqueles que eram tidos como sem capacidade para dar sequência aos cursos tanto que às lições de teologia foram interrompidas por motivo de falta de saúde do mestre e por não haver estudantes considerados competentes o suficiente (WICKI, vol. XI, pp.662-663).

É importante ressaltarmos que as cartas dos inacianos no século XVI estão recheadas de classificações e hierarquizações referentes às populações nascidas no Oriente, essas sempre sob a desconfiança de não serem dotadas de qualidades específicas que as habilitavam a serem admitidas na Companhia de Jesus. Havia rígidas fronteiras que engessavam os nativos em categorias de desqualificação e de uma natureza inferior, o que impedia o seu progresso nos estudos e conseqüentemente se tornarem jesuítas.

As categorias nem sempre estabelecem um vínculo estreito com a realidade, mas uma vez estabelecidas, elas podem modelar percepções. Como pontuou Faria, em Goa,

a taxonomia dos grupos sociais nativos e os princípios que orientavam a sua hierarquização refletiam a incorporação de discursos sobre a superioridade europeia (FARIA, 2014, pp. 82-106). Nesse sentido, não é de se estranhar os repetidos discursos sobre a Índia ser uma terra de poucos frutos e poucos estudos, como aborda Monserrate.

Após pontuarmos alguns desafios encontrados pelos jesuítas no ensino e doutrina dos meninos nativos, por fim, nós gostaríamos de ponderar e ressaltar algumas questões levantadas por nós nesta comunicação. No que toca a presença de meninos portugueses no colégio, a princípio, considerado uma má influência aos nativos, além de ser um gasto a mais, esta questão, ainda que regulada sempre foi descumprida. Os jesuítas tentaram tornar o ensino do Colégio exclusivo aos nativos, não obtendo este resultado, tentaram regular a quantia de meninos portugueses no colégio. Este ponto também não se sustentou. Na carta de Pedro Martins, provincial da Índia, sabemos que esses meninos lusitanos poderiam ser órfãos ou desamparados e também meninos cuja família poderia pagar pelo sustento (WICKI, vol. XV, p.757). Em 1597, *Regimento do Colégio de Santa Fé* estabeleceu que os colegiais filhos de lusitanos deveriam pagar as despesas conforme julgar o provincial, tirando os que eram recebidos para a capela. Entendeu-se que o colégio não possuía obrigação alguma em ter órfãos nem quaisquer filhos de portugueses.

Sobre o currículo dos meninos nativos, o *Regimento* estabeleceu que os colegiais aprenderiam a ler, escrever, latim, ciências das artes e casos de teologia, conforme a sua aptidão. Para tanto, deveria haver os mestres necessários e uma livraria com os livros necessários de canto, latim e ciências (filosofia e teologia), bem como alguns livros pios.

No que toca a desconfiança em relação aos nativos, a tópica se repete em diversas cartas, mas não em todas. Isso porque os jesuítas compartilhavam perspectivas diferentes sobre a população nativa. Entre 1579 e 1580, o visitador Alessandro Valignano também compartilhou perspectivas muito baixas em relação às populações nativas na Índia e a sua capacidade.³ Valignano não poupou desqualificações e ressaltou

³Alessandro Valignano foi visitador da Província da Índia entre 1574 a 1595 e do Japão e da China até 1606. Entre 1583 e 1587 foi também o Provincial de Goa. Em suas cartas e *Sumário*, Valignano suscitou uma série de debates sobre as necessidades materiais para a sobrevivência da ação missionária no Oriente, bem como discutiu a questão do uso ou não da violência nos procedimentos de conversão e definiu as

que além de viciosas, mentirosas e más, as pessoas da terra eram ignorantes, “sem sorte nas letras e ciências”. Para o visitador, a Índia seria sempre uma região desfavorável ao estudo (WICKI, vol. XIII, pp.256-258)

Apesar de diversas desqualificações apresentadas, Valignano pontuou a criação dos meninos da terra de forma diligente como um dos possíveis remédios para os problemas encontrados na Índia, pois, com o tempo, eles poderiam cobrir a falta de obreiros (Ibidem, p.283).

Valignano recomentou todo cuidado para a formação dos nativos e mais ainda para o ordenamento. O jesuíta considerava os mais aptos para a religião os moços portugueses recém-chegados, “frescos do reino” e, assim, estes deveriam ser recebidos, se possuíssem vocação. Os que estavam na Índia há mais tempo poderiam até ser recebidos, desde que fossem submetidos a provas e fosse atestada a boa qualidade deles (Ibidem, p.258-260). As sugestões de Valignano parecem ter sido ouvidas e incorporadas. Somente o malabar Pero Luís foi aceito como sacerdote e membro da Companhia de Jesus.

É importante ressaltar que, apesar de os meninos serem instruídos e preparados para futuramente compor um clero nativo, essa formação deve ser analisada por um ângulo contraditório, como enfatizou Tavares (2005). Não havia restrição a serem formados clérigos de origem indiana, mas existiam restrições de carreira. Segundo Boxer, ao mesmo tempo em que os jesuítas estavam preparados para educar os candidatos ao sacerdócio secular, estavam também pouco inclinados a deixá-los se tornarem jesuítas, mantendo-os sempre em posições subordinadas (BOXER, 1998, p.67).

Os inacianos consideravam que, ao contrário da população adulta, os meninos não haviam vivenciado demasiadamente nos costumes gentílicos, portanto, poderiam ser “moldados”. Concebidos como seres em formação, esperava-se que da sua pequenez poderia ser traçada a ventura do homem. Ainda que nem todos os missionários tenham compartilhado dessa concepção, as cartas estão recheadas de expectativas quanto aos meninos nativos e a sua evangelização.

regras sobre o aproveitamento dos naturais da terra na Companhia de Jesus, ao qual se posicionou veemente contra a admissão dos mesmos, a não ser que fossem os japoneses, “os brancos do oriente”. (TAVARES, 2005, p.6)

O projeto de cristianização e disciplinamento dos meninos nativos era ambicioso e visava o aumento da cristandade, não apenas pela conversão dos meninos, mas sobretudo porque eles constituíam um meio de atingir outros contingentes populacionais. Apesar dessas expectativas, a admissão dos indianos na Companhia de Jesus aparentava ser uma realidade distante, conforme as desconfianças de alguns jesuítas e as restrições sugeridas por Valignano.

As iniciativas de disciplinamento do corpo e da alma através da instrução, apesar de conferir uma “civilidade” ao nativo, não deixou de torná-lo alvo de desconfiança. A crença sobre a inferioridade natural dos nativos constituía um desafio aparentemente difícil de ser superado para alguns jesuítas. Ademais, a estes empecilhos, precisou-se lidar ao longo dos anos com diversas outras questões, como o obstáculo da língua nativa, que dificultou a catequização nos primeiros anos, os descumprimentos dos regulamentos que regiam o colégio, a ausência de livros e mestres necessários para o ensino dos meninos. Há de se pontuar também a insubordinação de alguns meninos, que considerado ineptos aos estudos, foram entregues a amos para servir.

Referências Bibliográficas

Fonte:

WICKI, J. (org.). **Documenta Indica**. Roma, M.H. Societatis Iesu, 1948-1988

Bibliografia:

BORGES, Felipe. **Jesuítas no "Estado da Índia": O seminário de Santa Fé e o colégio de São Paulo em Goa (1541 - 1558)**. 256f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2018.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e latino**. Coimbra: Colégio das Artes, 1720.

BOXER, C.R. **As relações raciais no Império colonial português – 1415-1825**. Porto: Aforamento, 1988.

CASIMIRO, A. P. B. S. Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial. *Politéia* (Vitória da Conquista), v. 7, p. 85-102, 2007.

- DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.
- FARIA, Patrícia Souza de. Percepções sobre os nascidos no Oriente Português: classificação e hierarquias nas controvérsias em torno do clero nativo (Goa, séc. XVI-XVIII). In: FARIA, Ângelo Assis; MANSO, Maria de Deus B; LEVI, Abraham. (Org.). **A expansão: quando o mundo era português. Da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste**. 1ed.Évora; Viçosa; Washington: NICPRI/CCH-UFV, 2014, v. 1, p. 82-106.
- FERREIRA, A.J; BITTAR, Marisa. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 17, 2012.
- HANSEN, João Adolfo. Manuel da Nóbrega. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002^a.
- HESPANHA, A. M. “Menores”. In _____ **Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2010.
- MENDONÇA, D. de. **Conversions and citizenry: Goa under Portugal**. New Delhi: Concep Pub, 2002.
- PALOMO, Federico. Un manuscrito, dos diccionarios y algunas perspectivas historiográficas para el estudio de la historia religiosa de la época moderna. *Lusitânia sacra*, 2 série, vol. 15 (2003).
- PALOMO, Federico.«Disciplina christiana»: Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*, Universidad Complutense. Madrid, no. 18, 1997.
- PALOMO, Federico. *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- REIS, Anderson R. dos. **A Companhia de Jesus no México: educação, bom governo e grupos letrados (séculos XVI e XVII)**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SANTOS, J. M. P., (Ed.). Padre Marcos Jorge. **Doutrina cristã: escrita em diálogo para ensinar os meninos**. Lisboa: Paulus, 2016

TAVARES, Célia C. da S. Francisco Xavier e o Colégio de Goa. *Revista Em Aberto*, v. 21, n° 78, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII.** Florença, Tese (doutorado em História). Instituto Universitário Europeu, 2003.